

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 15

Reflexões sobre o
Ensino da Economiaⁱ
José Marcio Camargo



PUC-Rio – Departamento de Economia
www.econ.puc-rio.br

Junho de 1981

Do Rigor na Ciência

...Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos apegadas ao estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse extenso mapa era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do Oeste subsistem despedaçadas ruínas do Mapa, habitadas por animais e por mendigos. Em todo o país não resta outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

Suárez Miranda: *Viagens de Varões Prudentes*, livro quarto cap. XIV, 1658. Reproduzido em Jorge Luis Borges, *História Universal da Infâmia*, 1978.

I. Introdução

A proposição de um currículo para o curso de economia no Brasil esbarra em dois problemas concretos. O primeiro consiste em total inexistência de consenso, até mesmo entre os próprios economistas, sobre seu papel dentro do mercado de trabalho. Para alguns, talvez a maioria, ele é um profissional dedicado a administrar empresas individuais. Para outros trata-se de uma pessoa treinada para entender e eventualmente formular a política econômica de um país ou região. Entre estes dois extremos, existe uma gama razoável de definições de responsabilidades que, hora sim hora não, são imputadas à profissão.

Obviamente, esta ausência de clareza no que se refere à definição do profissional resulta em grande confusão na formulação do currículo dos cursos de economia. Dependendo da definição adotada, mudarão o currículo e o conteúdo das diversas disciplinas ministradas.

A segunda hipótese que, apesar de muitos acreditarem em contrário, não é um resultado direto da anterior, é que existem forças internas ao sistema atual que fazem com que ele tenha uma tendência constante para o equilíbrio. Em outras palavras a economia estaria permanentemente caminhando para uma posição de repouso. Devido ao elevado grau de coerência interna atingido por este modelo, podemos dizer que ele se constitui em um paradigma teórico em economia (no sentido usado por Kuhn)¹.

A segunda postura parte exatamente da negação desta proposição final. Sua hipótese básica é a de que as unidades básicas das economias atuais são as grandes empresas industriais e que, dado o elevado grau de incerteza que caracteriza uma economia de mercado, estas atuam sempre no sentido de criar excesso de capacidade produtiva, gerando situações de desequilíbrio. Neste sentido uma situação de pleno emprego de recursos é uma exceção e não a regra nas economias, industrializadas.

A partir destes dois conjuntos de pressupostos, pode-se estruturar duas sequências teóricas com conteúdo bastante distintos apesar de ambas poderem ser divididas, por questões didáticas, em duas partes interligadas, uma refere ao comportamento dos agentes econômicos individuais (a microeconomia) e outra tratando dos problemas globais da economia (a macroeconomia).

Ao nível microeconômico, o paradigma de equilíbrio parte da pressuposição de maximização de satisfações e lucros pelos indivíduos e empresas respectivamente e constrói as curvas de oferta e procura por bens e serviços produzidos. Somando-se as curvas individuais chegamos à curva de oferta e procura para a economia como um todo. Os preços são variáveis dadas para as firmas e *determinados pelo funcionamento do mercado*.

A nível macroeconômico, duas vertentes podem ser distinguidas. De um lado, temos a teoria

¹ Ver Thomas Kuhn – *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago Press, 1970.

monetarista que parte da suposição de que todos os mercados funcionam devidamente, com os preços se ajustando para eliminar as defasagens entre a oferta e a procura. Assim, havendo excesso de oferta há queda de preços e vice-versa se houver excesso de procura. Para estes economistas, todo controle sobre o sistema econômico dever ser realizado através do mecanismo de mercado².

A segunda vertente deriva de uma determinada forma de interpretar a teoria Keynesiana. Para estes o mercado continua sendo um mecanismo de promoção do equilíbrio econômico, como no caso anterior. Apenas que em alguns casos importantes, como o mercado de trabalho, este mecanismo não se comporta de forma tão suave quanto seria necessário para repor a economia em equilíbrio. Isto ocorre devido a restrições institucionais, como contratos implícitos ou explícitos que enrijecem as variáveis ou imperfeições devido à formação de grupos que, dado seu poder econômico e político, conseguem influir em seu funcionamento³. Sendo assim, a tendência ao equilíbrio embutida no mecanismo de mercado não se materializaria.

Esta vertente macroeconômica se desenvolveu a partir da publicação da Teoria Geral de Keynes e até a pouco tempo estava completamente desvinculada de seus aspectos microeconômicos. Recentemente, tem havido uma crescente tentativa no sentido de integrar as duas linhas de pensamento. Neste sentido, os estudiosos propõem-se a descobrir que características do comportamento microeconômico são compatíveis com certos resultados macroeconômicos obtidos. É o estudo dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia⁴.

A segunda linha teórica se baseia na hipótese de que estudar as economias capitalistas industrializadas sem levar em consideração o uso de máquinas para produzir bens, levaria a uma simplificação inadequada das mesmas. Isto advém de três motivos:

1. Em primeiro lugar, é totalmente inimaginável a produção da maior parte dos bens industrializados sem a utilização de máquinas e equipamentos.
2. Em segundo lugar, as máquinas são produtos que apresentam características bastante distintas dos bens de consumo. Uma vez instaladas, elas duram vários períodos produtivos antes de se desgastarem totalmente. Elas são, por assim dizer, consumidas aos poucos durante sua vida útil. Além disso, uma máquina desenhada para gerar um determinado bem não poderá ser facilmente transformada e utilizada para produzir outro bem.
3. As máquinas, uma vez compradas, demoram vários períodos para ficarem em condições de serem usadas no processo produtivo e começarem a gerar um produto final. Em outras palavras, o investimento exige um certo período para maturar.

² R. Solow – “Alternatives Approaches to Macroeconomic Theory: A Partial View” – *Canadian Journal of Economics* – October, 1979.

³ Ibid.

⁴ E. Phelps – *Microeconomics Foundations of Employment and Inflation Theory*. New York: Norton, 1970. Veja-se também Weintraub, E. R. – *Micro foundations – The Compatibility of Microeconomics and Macroeconomics*. Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

O resultado destas três considerações é que o sistema produtivo se torna relativamente rígido no curto prazo. Para mudar a estrutura produtiva de uma empresa, será necessário que ela compre novas máquinas que gerarão novos produtos e que o tempo e o uso se encarreguem de destruir as máquinas antigas.

Assim, a decisão de investir está ligada ao futuro e não ao presente. Para que uma empresa aumente sua capacidade produtiva hoje, deverá levar em consideração não a demanda pelo seu produto hoje, mas durante um certo período no futuro. Porém, é impossível saber com certeza o que acontecerá em períodos futuros. Em outras palavras, a decisão de investir é necessariamente tomada sob *incerteza*. Desta forma, supor que as firmas decidem com perfeito conhecimento do que ocorrerá no futuro e retirar da economia uma de suas características fundamentais.

Por outro lado, sendo as grandes empresas as unidades básicas de decisão, é de fundamental importância que seu comportamento seja claramente entendido. Assim, a nível microeconômico, este paradigma se concentra no estudo do comportamento das grandes empresas, seus processos de determinação de preços e suas decisões de investimento. Como estas ações têm repercussões futuras e são executadas dentro de um regime de estrita competição entre grandes empresas pelos mercados disponíveis, a incerteza em relação a seus resultados é uma característica sempre presente.

Não podendo prever totalmente o futuro, conhecendo a força de suas concorrentes, e necessitando de um período de maturação para seus investimentos, crescer e diversificar atividades passa a ser a forma mais segura de manter sua posição no mercado. A própria sobrevivência a longo prazo como empresa independente passa a depender do seu crescimento. Quanto maior, mais controle exerce sobre recursos e melhor sua posição de concorrência diante de suas rivais. Isto faz com que estas empresas tenham uma tendência a instalar mais capacidade produtiva que o necessário para atender à demanda presente. Só assim estas empresas estarão em condições de aproveitar variações não previstas de demanda e fortalecer ou pelos menos manter sua posição no mercado.

O resultado macroeconômico deste tipo de comportamento é que existe permanentemente um excesso de capacidade instalada na economia que faz com que o volume de produção e de emprego seja determinado pelo total de demanda efetiva existente a cada momento. Em outras palavras-, em lugar das tendências ao equilíbrio do paradigma anterior, nesta escola o equilíbrio é uma situação excepcional. A atividade econômica das grandes empresas estaria sempre tirando o sistema do equilíbrio.

Dentro deste enfoque, os preços dos produtos industriais não podem ser determinados por oferta e procura pois a oferta está sempre acompanhando a demanda. A forma de determinação de preços seria através da imposição de uma porcentagem sobre os custos variáveis de produção.

Por outro lado, o total de demanda efetiva estaria diretamente ligada à atividade de investimento

das empresas e conseqüentemente de suas expectativas quanto ao futuro. Como existe uma constante incerteza e é o total de demanda efetiva que determina o nível da atividade econômica, estas economias estariam constantemente em desequilíbrio e teriam um comportamento cíclico⁵.

Finalmente, a determinação de preços dos produtos industrializados está, neste enfoque, diretamente ligada à distribuição do produto entre lucros e salários. É fácil mostrar que esta divisão depende basicamente da margem bruta de lucros das empresas. Esta por sua vez, depende do grau de concentração do mercado, das barreiras à entrada de novos produtores e do poder de barganha dos sindicatos dos trabalhadores. Assim, quanto mais concentrada for a produção em poucas grandes empresas e quanto menor for o poder de barganha dos sindicatos, maior tenderá a ser a margem bruta de lucros e maior a fatia da renda que será apropriada sob a forma de lucros.

Neste sentido, pode-se dizer que para esta linha de pensamento, os preços são o resultado de uma luta distributiva entre capitalistas e trabalhadores, com cada classe tentando se apropriar da maior parte possível do produto. De um lado, temos as grandes empresas tentando repassar aos preços os aumentos de salários e de outro, os sindicatos defendendo a posição relativa dos trabalhadores no total da renda gerada.

Esta linha de pensamento é ainda bastante nova e inacabada, não podendo assim ser caracterizada como um “paradigma” alternativo no sentido Kuhniano do termo. Porém, constituindo-se em um conjunto de ideias articuladas e estruturadas e suficientemente inovadoras em relação ao modelo anterior, justifica-se sua apresentação como um corpo teórico alternativo e que precisa ser estudado.

Neste sentido, acreditamos que não se deve exibir que um conjunto de ideias deva se constituir em um paradigma para ser ensinado. Pelo contrário, ideias promissoras somente se transformarão em paradigmas teóricos se forem estudadas e desenvolvidas pelos profissionais da área respectiva.

Em linhas gerais e esquemáticas, estas são as duas principais linhas de pensamento que a nosso ver disputam atualmente a hegemonia teórica entre os economistas que adotaram o método analítico de pensar. Passamos agora à estrutura de um currículo de economia que incorpora esta constatação.

II. Curso de Economia-Concepção e Conteúdo

Vamos dividir a exposição sobre o currículo do curso de economia em duas partes distintas. A

⁵ Alguns textos desta linha de pensamento são J. Robinson e J. Eatwel: *Introdução à Economia* – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978; J. Steindl – *Maturity and Stagnation in American Capitalism*, Basil Blackwell Oxford – 1952; H. Minsky – *John Maynard Keynes* – Columbia University Press, 1975; A. Eichner – *The Megacorp and Oligopoly – Micro Foundations of Macro Dynamics*. Cambridge University Press, 1978; P. Davidson – *Money and the Real World* – Miley, Halsted Press, New York, 1972. Veja-se também neste contexto a obra de M. Kalecki, por exemplo, *Theory of Economic Dynamics*. George Allen & Unwin, Londres, 1954.

primeira se refere ao problema mais global da concepção do curso. Por concepção, queremos dizer a estrutura que a nosso ver deve ser adotada em um currículo de economia, independentemente das cadeiras específicas que a compõem. Quanto à segunda parte, será composta do conteúdo das cadeiras a serem ministradas. Neste sentido não pretendemos chegar ao nível de propor um currículo específico, mas dar uma ideia geral do conteúdo das cadeiras que devem compor o programa.

II.1. Concepção e Estrutura

O curso de economia que imaginamos como sendo o mais efetivo é bastante voltado para o ensino de teoria econômica. Porém, como veremos, deverá estar contido dentro de um arcabouço no qual a localização histórica das cadeiras teóricas cumpre um papel determinante.

A ideia geral é que a função do programa é ensinar um método de pensamento ao estudante e que isto seja feito não através de cadeiras específicas de metodologia de pesquisa, mas ensinando o aluno a pensar e avaliar o problema econômico. Isto exige uma grande ênfase no que chamaremos a sequência de teoria com o objetivo de expor o aluno a uma forma abstrata de pensar. Em outras palavras, familiarizá-lo com o entendimento e uso de modelos abstratos, assim como a utilização destes modelos para entender a realidade concreta que está vivendo.

A lógica desta formulação pode ser percebida através de uma analogia conhecida. Se um viajante pretende ir do Rio de Janeiro a Porto Alegre de automóvel, ele necessitará de um mapa. Para seus objetivos de chegar a Porto Alegre um mapa ideal é aquele que contém algumas informações fundamentais, mas que não seja um espelho do mundo real. Ou seja, ele necessita saber a quilometragem e os principais pontos entre as duas cidades, a localização dos postos de abastecimento e restaurantes, os hotéis mais confortáveis ou mais baratos e assim por diante. O número e o ângulo das curvas, a inclinação exata das subidas e descidas, o número de pontes e rios que deverá cruzar e muitas outras informações são completamente dispensáveis. Ainda mais grave é complicar o mapa com estas informações, pois isto somente o tornaria de difícil entendimento para o viajante. Por outro lado, o mapa deve vir em uma escala reduzida que possa ser aberto dentro do carro sem maiores atropelos. Se a escala é de 1:1, teremos o mundo real e este de pouco servirá para os objetivos de nosso viajante. Assim, um mapa ideal é aquele que exclui algumas características da realidade que não são fundamentais para compreender os aspectos visados, dados os objetivos específicos a que se propõem seus usuários, retendo aqueles que são fundamentais para o entendimento destes aspectos. Em outras palavras, é uma simplificação do mundo real, sem o que entendê-lo é impossível. Isto é o que chamamos um modelo teórico. As teorias se utilizam deste instrumento para simplificar a realidade a fim de que possamos estudá-la e entendê-la.

É importante ter claro que o fato do modelo ser simples e “irreal”, excluindo características

específicas do mundo que se quer estudar não o caracteriza como bom ou ruim. O que interessa é se as características que são mantidas pelo modelo retêm o que é considerado fundamental para analisar os problemas em estudo. Assim, incluir as inclinações exatas das subidas e descidas ao mapa poderá torná-lo tão complicado e cheio de informações que não mais servirá ao nosso viajante, apesar de torná-lo mais “real”.

Nesta ideia, dois pontos são fundamentais para se construir modelos adequados. Primeiro, a definição precisa do problema que se quer analisar. E, nisto, existe uma certa concordância entre os dois grupos de economistas de que o objetivo é entender o funcionamento da economia em que vivemos (uma economia capitalista moderna)⁶. O segundo ponto é onde entra a discussão. Quais são as características fundamentais que determinam o comportamento destas economias? O que deveremos reter e o que devemos desprezar? Na seção anterior tentamos mostrar que existem hoje pelo menos dois modelos teóricos com proposições bastante diferentes sobre o assunto. A opção entre um ou outro vai depender da percepção do economista, pois não sendo passível de experimentação direta é impossível, com os métodos de análise quantitativa atuais, aceitar ou rejeitar um ou outro dos modelos expostos.

Um curso com ênfase em teoria apresenta duas opções possíveis. Uma seria simplesmente esquecer a existência de um dos modelos e concentrar o estudo naquele que é considerado por cada departamento específico o mais adequado. A outra, que a nosso ver é mais própria, seria trabalhar os dois modelos, ou seja, criar duas “sequências teóricas” *explícitas* para o aluno. A segunda opção tem a vantagem de desenvolver no estudante o costume do raciocínio abstrato, notando claramente a diferença entre modelo e realidade e a importância do uso da abstração.

Em outras palavras, coloca na prática da aprendizagem a ideia de que os modelos podem ser vários dependendo do observador, mas a realidade é uma só. A nosso ver, um dos grandes problemas dos cursos de economia hoje no Brasil é que eles se concentram em um dos modelos, tentando introduzir elementos do outro através de cadeiras determinadas. Isto faz com que estas cadeiras fiquem soltas no programa, muitas vezes contradizendo o que foi ensinado anteriormente, levando a confusão à cabeça dos estudantes. Daí a importância dada ao caráter explícito da divisão na sequência de teoria.

Um curso que pretenda adotar esta ênfase teórica deve ter o cuidado de não transmitir ao estudante a ideia de que os modelos podem ser usados indiscriminadamente, independentes do contexto histórico que está sendo analisado. É importante deixar claro que um modelo que é adequado

⁶ Outras áreas de estudo estão diretamente ligadas a economia tais como História Econômica e Evolução da Sociedade Econômica através da História. Quanto à primeira disciplina, trataremos com mais cuidado adiante. No que se refere à segunda, acreditamos que nenhuma das duas linhas de pensamento pretendem contribuir teoricamente de forma significativa para seu estudo. Neste sentido, existe, pelo menos até o momento, um monopólio teórico da Teoria Marxista em seu estudo.

para analisar problemas referentes a uma economia capitalista industrializada pode (e em geral é) completamente inútil se pretendemos entender uma economia camponesa. Para atingir este objetivo, devemos dar ênfase às cadeiras de História Econômica Geral e do Brasil e recuperar da tradição marxista a ideia do Materialismo Histórico. Através do Materialismo Histórico poderemos ver que as estruturas econômicas mudam e, portanto, as características fundamentais que compõem as abstrações que pretendem entendê-las devem também mudar.

Por outro lado, em um dado momento histórico uma economia poderá ser heterogênea e compor-se de segmentos com estruturas diferentes, que devem ser estudadas segundo modelos analíticos também diferentes. É preciso ficar claro que esta função é bastante menos ambiciosa do que introduzir um novo método científico no estudo do problema econômico. Poderíamos dizer que este curso (materialismo histórico) entra neste programa como uma cadeira de sociologia do conhecimento.

As cadeiras de História terão o papel de ensinar o estudante a analisar os fatos históricos e interpreta-los à luz da teoria disponível. Neste sentido, é importante também que as cadeiras teóricas tenham sempre a preocupação consciente de analisar as implicações da política econômica atual a partir do modelo que esteja sendo ensinado.

Estes dois grupos dão o corpo e a filosofia do programa proposto neste artigo. Nele os pontos básicos são a ênfase em pensamento abstrato com a explicitação da divisão teórica existente hoje e a ligação entre Teoria Econômica e História Econômica.

II.2. Conteúdo

A partir da estrutura de curso proposta em III.1, podemos agora passar para o problema concreto do conteúdo do programa. Vamos dividi-lo em grupos de cadeiras listados a seguir:

1. Cadeiras teóricas;
2. Cadeiras delocalização;
3. Cadeiras de suporte ou instrumentais;
4. Cadeiras de complementação teórica;
5. Cadeiras de coroamento.

II.2.1. Cadeiras Teóricas

No primeiro grupo, temos as duas sequências de teoria descritas na seção 4. Uma, a que chamaremos de “sequência tradicional”, à falta de melhor nome, com cursos de micro e macroeconomia, esta última com suas duas variantes. A outra se comporia a nível microeconômico

do estudo do comportamento das grandes empresas industriais principalmente no que se refere à determinação de preços e investimentos e a nível macroeconômico dos efeitos para a atividade econômica global da atuação destas empresas. A isto chamaremos de “sequência Kaleckiana” (alguns prefeririam o nome “pós-Keynesiana”). Nesta sequência, disciplinas que estudem os processos de decisão interna das grandes empresas são fundamentais.

II.2.2. Cadeiras de Localização

Este grupo é composto pelas cadeiras de História Econômica e Materialismo Histórico. O nome “localização” advém da função que elas exercem no programa, qual seja a de localizar os modelos abstratos do primeiro grupo em seu contexto histórico específico.

II.2.3. Cadeiras de Suporte ou Instrumentais

Aqui são incluídas as matérias de métodos quantitativos (estatística e econometria) e matemática, fundamentais como instrumento para que o estudante consiga aprender os modelos abstratos assim como, na medida do possível, analisa-los empiricamente.

II.2.4. Cadeiras de Complementação Teórica

Neste grupo estariam localizadas áreas específicas de Economia que farão parte da vida profissional do aluno. Incluiríamos Economia Internacional, Finanças Públicas, Economia Agrícola e Economia do Trabalho. Estas são áreas que, dado sua importância, devem ser estudadas com mais cuidado pelos estudantes.

II.2.5. Cadeiras de Coroamento

Finalmente temos o que chamamos de cadeiras de coroamento. São cadeiras que fecham o programa no sentido de que organizam as ideias desenvolvidas durante todo o curso. Se compõem da cadeira de História do Pensamento Econômico e de Economia Marxista. A cadeira de HPE tem a função de localizar as diferentes escolas de pensamento econômico dentro do contexto histórico em que elas surgiram ligando as teorias às características do mundo real que as produziram.

A cadeira de Economia Marxista serviria para dar ao aluno uma ideia ainda que superficial das discussões modernas em economia marxista tais como o debate entre superacumulacionistas e subconsumistas ou a controvérsia sobre teoria do valor em Marx ou um curso sobre o método

científico do pensamento marxista.

III. Conclusões

Para concluir gostaríamos de colocar alguns pontos importantes. Primeiro, o ciclo básico não foi tratado neste artigo. Isto se deve ao fato de que este é um problema diferente do programa de economia e, pelo menos para nós, de análise bastante mais difícil.

Em segundo lugar, é importante ter claro que o número de cadeiras em cada um dos grupos não foi explicitado. Acreditamos que isto deve ficar a cargo das disponibilidades de cada departamento. Porém acreditamos também que o número de cadeiras obrigatórias deve ser mantido em um mínimo indispensável para a formação do aluno nas duas linhas teóricas, a fim de proporcionar a ele opções de eletivas que lhe deem condições de escolher sua formação. Um número excessivo de cadeiras obrigatórias acaba fazendo com que os estudantes se desinteressem pelo programa devido à obrigatoriedade de fazer cursos pouco atraentes para o seu quadro de objetivos e, portanto, ineficientes para o avanço do seu conhecimento daqueles aspectos da realidade que mais lhes interessam manejar como economistas profissionais.

ⁱ Este artigo se originou de uma conferência pronunciada pelo autor na Universidade Federal de Juiz de Fora. Posteriormente, foi apresentado em seminário no Departamento de Economia da PUC-Rio. As acaloradas discussões que se seguiram muito contribuíram para a versão final do artigo e nos convenceram de que o assunto é bem mais polêmico do que imaginávamos inicialmente. André Lara Rezende, Edmar Bacha e Rogério Werneck foram decisivos para a versão aqui publicada. Finalmente, Anna Luiza Ozório de Almeida leu e comentou a versão inicial do artigo. A todos agradecemos. Apesar de todas estas contribuições, os erros, omissões e interpretações errôneas além das opiniões aqui contidas devem ser imputados diretamente ao autor.